



IRI *na Cúpula
da Amazônia*

INICIATIVA INTER-RELIGIOSA
PELAS FLORESTAS TROPICAIS



INICIATIVA
INTER-RELIGIOSA PELAS
FLORESTAS TROPICAIS
IRI-BRASIL IRI-COLOMBIA IRI-PERÚ

INICIATIVA INTER-RELIGIOSA PELAS FLORESTAS TROPICAIS-IRI

COMPROMISSO COM A AMAZÔNIA E APELO À AÇÃO CÚPULA PRESIDENCIAL DE BELEM DO PARÁ

COMPROMISSO DA IRI COM A AMAZÔNIA

A Iniciativa Inter-Religiosa pelas Florestas Tropicais (IRI) busca mobilizar comunidades de todas as tradições religiosas e espiritualidades, desde as bases até as lideranças, para somar seus esforços à grande coalizão que trabalha para proteger as florestas tropicais, lutar contra as mudanças climáticas, defender os direitos dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais e promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Juntamente com governos, povos indígenas, organizações da sociedade civil, empresas e agências da ONU, contribuimos com nossos recursos espirituais para atingir esse objetivo.

Os membros da Interfaith Rainforest Initiative reconhecem que o desmatamento na Amazônia ameaça a existência das populações locais e da humanidade e que, portanto, é indispensável uma ação decisiva para interromper e reverter esse processo.

Os membros do IRI compartilham o compromisso moral de tornar o cuidado com as florestas tropicais uma prioridade ética e espiritual para a sociedade e o Estado. Colocar a influência espiritual, ética e política das religiões e de seus líderes a serviço da proteção das florestas e de suas comunidades guardiãs nos permite construir uma ampla plataforma de diálogo e ação pastoral nos territórios:

- a. Ele aumenta a conscientização sobre a gravidade do desmatamento e a urgência de agir para proteger as florestas e reverter as mudanças climáticas.
- b. Ele facilita o diálogo entre cientistas e comunidades para que possam identificar ações de defesa das florestas tropicais que incorporem seus conhecimentos e experiências.
- c. Ele mobiliza líderes religiosos e redes de ação em áreas remotas onde as florestas enfrentam as maiores ameaças e onde as religiões podem agregar valor à implementação de políticas florestais no local.
- d. Defende a adoção de políticas e programas para proteger a floresta amazônica e os direitos dos povos indígenas.



IRI *na Cúpula
da Amazônia*

INICIATIVA INTER-RELIGIOSA
PELAS FLORESTAS TROPICAIS



INICIATIVA
INTER-RELIGIOSA PELAS
FLORESTAS TROPICAIS
IRI-BRASIL | IRI-COLOMBIA | IRI-PERÚ

A CHAMADA PARA AÇÃO

A Cúpula Presidencial de Belém do Pará, que será realizada nos dias 8 e 9 de agosto, marca um ponto de inflexão crítico para a região, para seu povo e para o planeta. É um momento urgente para agir com maior ambição, compromisso e cooperação para avançar na meta de garantir a integridade e a sustentabilidade de longo prazo da Amazônia.

Esta Cúpula Presidencial oferece uma oportunidade histórica para alinhar rápida e efetivamente os esforços necessários para iniciar as transformações sociais, econômicas, políticas e culturais necessárias para alcançar e garantir a proteção e a restauração do ecossistema amazônico e que seus habitantes tenham acesso ao gozo real dos direitos humanos em uma estrutura de igualdade e justiça social.

Nesse sentido, instamos os governos que exercem soberania sobre a Amazônia e, especialmente, os governos do Brasil, da Colômbia e do Peru, a agirem de forma decisiva para pôr fim ao desmatamento da Amazônia; para deter a perda de sua biodiversidade; para deter a degradação de seus solos e fontes de água; para deter as ameaças contra os direitos dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, e para oferecer condições de vida dignas a essas populações.

As autoridades devem adotar políticas públicas abrangentes e planos de desenvolvimento sustentável para a Amazônia para alcançar os seguintes resultados:

- Zerar o desmatamento da Amazônia até 2030.
- Fortalecer a governança socioambiental.
- Demarcar as terras indígenas pendentes, desintruir as terras já homologadas, destruir os garimpos nas terras indígenas, proteger os povos indígenas isolados contra qualquer tentativa de contato forçado e respeitar a consulta previa, livre e informada sobre empreendimentos que afetem os territórios indígenas.
- Criar as unidades de conservação da biodiversidade prioritárias.
- Dar destinação das terras devolutas segundo critérios socioambientais.
- Implementar uma estratégia transnacional para combater o crime ambiental e o tráfico de drogas na região amazônica.
- Adotar mecanismos eficientes de pagamento por serviços ambientais para comunidades amazônicas e proprietários de terras que conservam e restauram a floresta.
- Estabelecer um novo padrão de planejamento e execução de projetos de infraestrutura na Amazônia que viabilize o desenvolvimento de uma bioeconomia baseada no uso sustentável da biodiversidade e dos recursos naturais.
- Incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico para viabilizar o estabelecimento de uma economia florestal sustentável.



IRI *na Cúpula
da Amazônia*

INICIATIVA INTER-RELIGIOSA
PELAS FLORESTAS TROPICAIS



- Proporcionar acesso a serviços públicos essenciais (saúde, educação, saneamento ambiental, conectividade e segurança pública) de qualidade para a população amazônica, buscando reduzir as graves desigualdades sociais e a pobreza na região.

Portanto, instamos os governos do Brasil, Colômbia e Peru a:

1. Atualização do Tratado de Cooperação Amazônica ATT e seu protocolo de emenda

A atualização do mandato do ATT e da Organização do Tratado da COTCA os sincronizaria com as exigências dos instrumentos ambientais internacionais modernos mais recentes e com as recomendações do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. Isso também possibilitaria chegar a um acordo sobre a definição de metas de forma a tornar os compromissos dos Estados mais concretos e menos declarativos.

2. Gerar um mecanismo para a participação da sociedade civil amazônica em órgãos intergovernamentais ou interinstitucionais onde são tomadas decisões sobre políticas públicas para a Amazônia.

Esse mecanismo deve incorporar uma abordagem intercultural, de gênero e intergeracional com o objetivo de melhorar a governança da Amazônia, reduzir conflitos e gerar melhores oportunidades para combater flagelos comuns, como ilegalidade, violência e corrupção.

3. Elaboração e implementação de mecanismos de responsabilidade

Esses mecanismos devem incluir a criação e a manutenção de plataformas que permitam o monitoramento e a avaliação do cumprimento de metas e compromissos internacionais derivados do Pacto de Letícia de 2019, da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, da Convenção sobre Diversidade Biológica e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

4. Elaborar políticas e mecanismos eficazes para combater frontalmente os crimes ambientais.

O processo, a repressão e a punição do crime ambiental exigem a aceitação de que se trata de um crime de caráter nacional e transnacional.

Todos os países amazônicos devem identificar instrumentos e ferramentas para criar ou aplicar e fortalecer mecanismos de cooperação judicial internacional para o julgamento e a repressão de crimes ambientais que ameaçam a integridade do ecossistema amazônico.

Essa cooperação judicial internacional deve aplicar um modelo de cooperação com foco multilateral nacional e regional que não apenas inclua a dimensão criminal, mas também incorpore a elaboração de políticas públicas para fortalecer o estado social de direito, mecanismos de participação cidadã e instituições judiciais e de aplicação da lei.



IRI *na Cúpula
da Amazônia*

INICIATIVA INTER-RELIGIOSA
PELAS FLORESTAS TROPICAIS



5. Promoção de uma nova economia amazônica

A sustentabilidade da Amazônia requer um novo paradigma econômico que valorize o conhecimento tradicional e promova a inovação científica com base no reconhecimento das oportunidades oferecidas por florestas tropicais saudáveis.

Esse novo paradigma econômico deve oferecer alternativas ao desmatamento e à degradação da Amazônia. Ele também deve fazer a transição de modelos baseados em atividades extrativistas e agroindustriais para um forte setor baseado na bioeconomia da floresta, energias renováveis e infraestruturas verdes e ecologicamente corretas.

6. Impedir ameaças à vida, à liberdade, à integridade e à segurança dos defensores dos direitos ambientais e dos povos indígenas.

As autoridades têm o dever inescapável de reprimir, processar e punir todos os atos de violência contra pessoas que exercem o direito de defender os direitos humanos.

7. Desenvolver estratégias eficazes de mobilização de recursos externos para auxiliar governos e organizações da sociedade civil a implementar as políticas públicas e ações recomendadas neste documento para a Amazônia.

Seja por meio de mecanismos de pagamento por resultados, conversões de dívidas, doações diretas, investimentos do setor privado no desenvolvimento sustentável da Amazônia ou outras soluções inovadoras, são necessários recursos adicionais para concretizar a visão de uma Amazônia saudável.

Estamos seguros que as propostas ora apresentadas são soluções efetivas para as principais causas estruturais que provocam a perda de biodiversidade, a degradação ambiental, os conflitos sociais, a exclusão social, a pobreza e as ameaças ao estado democrático de direito na Amazônia. Essas propostas são frutos de décadas de mobilizações sociais, estudos científicos e projetos e ações pilotos bem sucedidas no bioma em todos nossos países.

Nos colocamos à disposição das autoridades públicas do Brasil, Colômbia e Peru para aprofundar o diálogo sobre essas propostas, e também ampliar nossa colaboração para implementação de cada uma delas.

Agosto de 2023